

AVALIAR PARA MELHORAR

CFF propõe que cursos de Farmácia e novos profissionais sejam avaliados, visando à melhoria da qualidade do ensino e da qualificação profissional

O ensino farmacêutico brasileiro está passando por um processo de purificação, que se iniciou com as discussões sobre o setor, quando da realização das edições da Conferência Nacional de Educação Farmacêutica e Fórum Nacional de Avaliação de Diretrizes Curriculares, realizados pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF). Nesses eventos, especialistas em ensino e estudantes fizeram uma espécie de autocrítica e concluíram que o ensino farmacêutico estava engessado e em descompasso com as realidades sanitária, social e do mercado. As discussões resultaram na elaboração de uma proposta de mudança cujo núcleo foi a necessidade de implantação das diretrizes curriculares no ensino. A proposta, aprovada, por unanimidade, pela própria categoria, foi, em seguida, votada e aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Mas o CFF não pára. O órgão, agora, está debruçado na elaboração de um mo-



Jaldo de Sousa Santos

delo de avaliação das instituições de ensino de Farmácia, que deverá acontecer seguida do exame de proficiência. No centro dessas ações está a preocupação com a qualidade do ensino e com a qualificação profissional.

A adoção das diretrizes curriculares veio a dar rumo ao ensino. Trouxe novidades, como a formação generalista, identificada por formar um farmacêutico com múltiplas habilidades, vez que estará apto para o exercício de atividades em todo o âmbito profissional, ou seja referente aos fármacos e medicamentos, às análises clínicas e toxicológicas e ao controle, produção e análise de alimentos. Mais: será um farmacêutico antenado às realidades sociais e sanitárias do País.

Instituídas as diretrizes cuja flor é a formação generalista, pergunta-se: como será daqui para frente? A Comissão de Ensino do CFF, responsável pela realização das edi-

ções da Conferência Nacional de Educação Farmacêutica e Fórum Nacional de Avaliação de Diretrizes Curriculares, sabe que todo o processo de adaptação às diretrizes é traumático e lento. E mais: ele precisa ser orientado e avaliado. Por isso, o CFF está propondo que as instituições de ensino sejam avaliadas, para que se tenha a exata noção de sua adaptação às diretrizes.

Adaptar-se às diretrizes significa que as instituições terão que melhorar a qualidade do ensino que oferece, hoje, questionada pelo menos em relação a uma grande quantidade dessas entidades. O modelo de avaliação ainda será estudado pela Comensino.

Excelências - A implantação de um meio de avaliação permanente dos cursos de Farmácia é um sonho do Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos. Ele deseja ver os cursos plenamente adequados às diretrizes curriculares e formando excelências em Farmácia. "O que se pretende é saber, no local, se os cursos atendem aquilo que está previsto nas diretrizes, como oferecer bons laboratórios, se as aulas práticas funcionam a contento, se a biblioteca e as outras fontes de pesquisa são eficazes, se o modelo da interdisciplinaridade está funcionando, etc.", explica. Souza Santos comemora o fato de as diretrizes terem



Artêmio Barbosa Correa



Carlos Cecy



Magali Demoner Bermond



Nilsen Carvalho Fernandes



Radif Domingos



Zilamar Costa Fernandes

sido aprovadas com uma relativa pressa, na contramão da morosidade costumeira que envolve mudanças do gênero.

Depois de avaliadas as unidades de ensino, lembra o Presidente, teria início uma outra etapa de avaliação: o exame de proficiência, uma ferramenta que poderá abrir a caixa preta da bagagem do farmacêutico recém-formado, para avaliar a sua qualificação, ao tempo em que se avalia também a qualidade do curso de onde ele saiu. Assim, um verdadeiro cerco seria feito em favor da qualidade do ensino e da qualificação profissional.

Se a proposta do CFF for aprovada e entrar em vigor, todo farmacêutico brasileiro que sair da faculdade terá que fazer o exame de proficiência para poder atuar no mercado. O Conselho Federal estaria agindo como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que aplica o Exame de Ordem para autorizar o profissional recém-formado a atuar como advogado. As propostas de avaliação das unidades de ensino e do exame de proficiência estão sendo elaboradas pela Comensino.

Qualidade – As avaliações, que têm como foco a melhoria da qualidade do ensino e da qualificação profissional, deverão abalar o *status quo* em vigor, marcado por um excessivo número de cursos de Farmácia pelo País afora, alguns de qualidade duvidosa, segundo a Comensino. Ao mensurar o nível do ensino oferecido por esses 184 cursos e o conhecimento dos cerca de 8 mil farmacêuticos que se formam, por ano, de acordo com estimativas do Exame Nacional de Cursos (Provão), alguma coisa estará sendo feita pela melhoria do ensino.

As avaliações, prevêm os membros da Comissão, ajudarão na formação de um profissional melhor qualificado para o mercado de trabalho. Um mercado que, diga-se de passagem, tem sofrido mudanças profundas e exige profissionais atualizados. Mais que isso, um profissional que conheça a realidade social brasileira e se integre ao processo de mudança dessa realidade. Um profissional que também atenda ao que prevê o Ministério da Saúde. O MS está criando ações que permitam a participação de estudantes de nível superior da área de saúde no SUS (*ver matéria seguinte*).

Purificação - Os integrantes da Comensino prevêm que as avaliações vão contribuir para purificar o ensino farmacêutico, à medida em que os maus cursos, que for-

mam profissionais não qualificados para o mercado, não terão mais espaço, principalmente, depois da implantação da formação generalista, um modelo bem mais complexo e que exige uma oferta de ensino mais elaborado e integrado por parte das instituições, além de mais conhecimentos social, humanístico e sanitário do futuro farmacêutico.

A Comissão de Ensino do

CFF é formada, por ordem alfabética, pelos seguintes farmacêuticos, todos professores universitários nos seus Estados: Artêmio Barbosa Correa (Amazonas), Carlos Cecy (Paraná), Magali Demoner Bermond (Presidente – Espírito Santo), Nilson Carvalho Fernandes de Oliveira Filho (Rio Grande do Norte), Radif Domingos (Goiás) e Zilamar Costa Fernandes (Rio Grande do Sul).

MUNDO ACADÊMICO

Universitários da área da saúde aproximam-se do SUS

O Ministério da Saúde quer aproximar os estudantes universitários da área de saúde do Sus (Sistema Único de Saúde), através das várias discussões propostas para a área, como as mudanças curriculares e estágios para futuros profissionais. A idéia é promover uma vivência maior nas diversas esferas de funcionamento do SUS. Em junho, o MS realizou um seminário, em Brasília, com este objetivo. O evento contou com a participação de representantes de estudantes de 16 cursos universitários de saúde do Brasil.



Alguns pontos abordados no seminário já são objeto de discussão entre os estudantes e o Governo Federal. Um deles é a vivência-estágio na realidade do SUS. Desde o início do ano, ocorreram três reuniões de trabalho entre alunos dos cursos de saúde e o Departamento de Gestão da Educação na Saúde do Ministério. A vivência-estágio é uma antiga reivindicação dos estudantes e já acontece, de forma pontual, em alguns municípios brasileiros.

Atualmente, os estágios profissionais não permitem que os estudantes convivam com todos os setores do SUS. Sua atuação está restrita às áreas vinculadas ao exercício de cada profissão. A intenção do Ministério da Saúde é fazer com que os estudantes conheçam também os vários níveis de gestão, sua organização e o controle social exercido sobre o SUS.

Esse conhecimento deve ir, desde o funcionamento da estrutura do SUS, suas formas de financiamento, estratégias de controle e auditoria, até a formulação de políticas técnicas, ordenamento do trabalho e da rede assistencial, além da interpretação demográfica e epidemiológica e da descentralização da gestão.

A agenda do seminário, além de artigos e textos sobre a vivência-estágio, pode ser conferido no portal www.saude.gov.br.

Maiores informações podem ser obtidas junto ao Ministério da Saúde, pelos telefones (61)315-2968/2784/2005, fax (61)225-7338 e e-mail <imprensa@saude.gov.br>